

Trabalhadores pobres: privação, exclusão e rebeldia

Nair Heloisa Bicalho de Sousa

RESUMO. Os trabalhadores pobres da construção civil, sujeitos à privação e à exclusão social, estão em processo de constituição de um "sujeito coletivo" através da formação de uma identidade de grupo, da experiência do conflito e da capacidade de criação de direitos. As suas lutas cotidianas no interior dos canteiros de obra, os quebras e as greves apontam em direção à construção de uma cultura da cidadania, através da luta sindical e política enquanto um canal para torná-los "sujeitos coletivos de direitos".

Trabalhadores pobres e quebras: a cidadania do protesto

Por que os trabalhadores urbanos pobres, entre os quais se incluem os operários da construção civil, não estão presentes de forma significativa nos estudos mais recentes sobre a classe trabalhadora? Por que não se colocam como tema prioritário das pesquisas? Diversas investigações de natureza acadêmica, assim como os estudos apresentados no grupo de trabalho "Classe Operária e Sindicalismo" da Anpocs no período 1985-1990 (Bicalho de Sousa, 1990), apresentam abordagens que seguiram duas direções: parte manteve um enfoque teórico-metodológico mais tradicional, utilizado desde os anos 70, enquanto outros inovaram neste campo de modo a trazer à tona aspectos inusitados na literatura da área. Apesar de a maior parte dos trabalhos ter trilhado uma abordagem tradicional, na qual a esfera institucional foi privilegiada¹, os inova-

Nair Heloisa Bicalho de Sousa é pesquisadora do Ipea.

dores contribuíram decisivamente para colocar em discussão a articulação entre classe e cultura, o impacto das novas tecnologias e a subjetividade dos trabalhadores, os conflitos trabalhistas e seus significados psico-sócio-culturais, dentre outros temas.

Este conjunto de estudos específicos, tanto os de perfil mais ortodoxo de análise, quanto os mais inovadores na abordagem teórico-metodológica, privilegiou as categorias profissionais com maior expressão no cenário político-sindical do país, ou seja, os metalúrgicos, petroquímicos, bancários,² entre outros, deixando em segundo plano os chamados trabalhadores urbanos pobres.

Por que estes segmentos da classe, além de não despertarem o interesse dos estudiosos, também não se colocam como prioridade na definição dos planos de luta das principais centrais sindicais do país e nem dos programas dos partidos de esquerda com perfil classista? Uma razão parece estar relacionada ao fato de que desde o século passado, a experiência de organização, ação e conquistas de direitos da classe trabalhadora na Europa configurou-se em um padrão de desenvolvimento da classe extensivo aos países periféricos (Laclau, 1986). Assim, uma trajetória centenária de construção da cidadania dos trabalhadores europeus tornou-se de certa forma um modelo a partir do qual as diferentes situações de classe deveriam ser avaliadas. Esta referência histórica permeou tanto o pensamento autoritário brasileiro, no sentido de imputar falta de propensão à ação coletiva por parte do povo (heterogeneidade étnica, cultural e social), quanto o pensamento dos militantes de esquerda dos primeiros anos do século XX (Paoli e Sader, 1986), alimentando a chamada *teoria do atraso* da classe operária do país (Weffort, s/d)³.

Por outro lado, a enorme massa de migrantes rurais pobres que se fixaram nas grandes cidades latino-americanas, principalmente aquelas onde o processo de industrialização demonstrava potencialidade de crescimento a partir dos anos 40, acabou gerando indagações a respeito da sua inserção na estrutura econômica, cultural e política da sociedade urbana. Diversas teorias⁴ buscaram explicações para o comportamento político dessas massas de trabalhadores pobres, cabendo destaque à tese do "*passive migrant*" de Nelson (1979 e 1969), baseada na experiência de política clientelista vigente na área rural da América Latina, somada à pouca vivência da política devido ao baixo nível de escolaridade e à deficiência dos meios de comunicação. Como salienta Zaluar (1985:39), o imaginário social

construído por esta literatura imputa à massa trabalhadora urbana pobre a condição de “manipulada, passiva, desintegrada, imediatista, primitiva e pré-política”, atribuindo-lhe uma culpa social e política (entrave às mudanças estruturais) da qual não consegue escapar.

Zaluar (1985:35) questiona esta negação do papel transformador dos trabalhadores pobres, geralmente apresentados como imediatistas nas reivindicações, com interesses fragmentados, crenças irracionais e presos a lideranças carismáticas, e portanto alijados de qualquer ação capaz de mudar substantivamente a estrutura social e o poder político de uma determinada sociedade. Este posicionamento, bastante indicativo de uma visão que prioriza a classe operária (leia-se a “vanguarda”) como a portadora da missão histórica revolucionária, não consegue realizar uma leitura das experiências recentes das sociedades contemporâneas, onde os novos movimentos sociais trazem à tona temas e lutas diferenciadas, problematizando espaços sociais até então alheios à qualquer ação política (Melucci, 1989). No caso brasileiro, os *movimentos de moradores de periferias urbanas*, autônomos em relação ao Estado e aos partidos políticos⁵, dos quais fazem parte as famílias operárias da construção civil, tiveram grande destaque nos anos 70 e 80 e sobrevivem como uma prática disseminada principalmente nas cidades de médio e grande porte, mesmo sem a força dos primeiros anos. Este é apenas um dos enfoques a partir do qual se torna possível questionar esta imagem unilateral do comportamento fisiológico, tradicional e individualista atribuído aos trabalhadores pobres.

O caso dos operários da construção civil constitui um problema a ser analisado, uma vez que a auto-imagem de “pobre” aparece impregnada de um estigma social construído a partir da forte separação entre ricos e pobres na sociedade altamente hierarquizada. O acesso a certos direitos sociais (educação, trabalho decente, saúde, moradia e lazer) ficou restrito aos chamados estratos médio e superior (os “ricos”), deixando à parte milhões de deserdados do segmento inferior da hierarquia social. O sentimento de exclusão é vivido no cotidiano nos menores gestos, atos e desejos : na compra doméstica que não pode incluir uma quantidade de carne necessária ao consumo familiar, no material escolar incompleto dos filhos, na compra sempre adiada da roupa para si e familiares, no ônibus lotado que obriga a permanecer em pé depois de uma longa e exaustiva jornada, no cinema que não conhece, no *shopping center*

ao qual nunca teve acesso, na ausência de férias planejadas com a família e no silêncio diante da perda de familiares por falta de condições materiais, hospitalares ou por negligência médica. Enfim, um elenco de experiências que se somam no universo de vida destes trabalhadores e introjetam um sentimento de inferioridade e isolamento social e político.

Para Zaluar (1985:38), a questão do “trabalhador pobre” está articulada à formação da classe trabalhadora na sociedade brasileira, onde as distinções entre classe operária, exército industrial de reserva e miseráveis não é tão nítida, e as mediações deste processo parecem estar dadas pela família e organizações dos trabalhadores, além das normas legais definidoras da população “carente”, sujeita à assistência do Estado e ao próprio significado da pobreza. Com este argumento, Zaluar abre a discussão para um campo onde combinações diversas ocorrem a partir da *homogeneidade* das condições de vida (p. 34). Demarcada pela renda, pela vizinhança e nas tradições e opções culturais, esta homogeneidade parece presente no caso da construção civil, onde o discurso dos operários e de suas esposas e mães não apresenta diferença em relação ao modo de vida da família operária e o de seus vizinhos (empregados pouco qualificados do setor terciário, pequenos comerciantes autônomos, etc.). Os dados da pesquisa parecem assim apontar no sentido de um conagraçamento heterogêneo de práticas e projetos de caráter cultural, social, religioso ou político que produzem certa unidade. É a partir disso que se torna possível pensar, no caso dos trabalhadores da construção civil, algo similar ao que foi encontrado por Zaluar, ou seja, a existência de certa identidade social e alianças que vão além dos contornos da classe.

Ao retratar o processo de formação da sociedade de classes no Brasil no início do século, Paoli (1989) parte da experiência de proletarização vivida dentro da “ordem privada do trabalho” (Simão, 1966), pautada no que chama de mando patronal sobre as condições e relações de trabalho. A postura autoritária e hierárquica dos patrões diante das normas de disciplina, ritmo, jornada e salário dizia respeito a uma visão de mundo onde os direitos sociais, civis e políticos estavam restritos à classe dominante. Aos trabalhadores pobres urbanos estava reservado um espaço social mediado pelo favor, a dependência e a hierarquia excludente, onde o olhar dominante esperava submissão e conformismo às regras sociais e traba-

lhistas por eles definidas. Segundo Paoli (1989:48), a homogeneização do trabalhador fabril como pobre resultava em práticas de caridade, assistência e favor, e no desconhecimento de direitos reivindicados pelos protestos, revoltas e greves operárias apoiados em grupos fabris. Ao lado das arbitrariedades e violências patronais e policiais em nível individual e nas ações coletivas, compunham um cenário paternalista, assistencial e desrespeitoso de acertos contratuais, que tornava o mundo do trabalho uma arena de luta por “direitos de reconhecimento, representação e negociação dos trabalhadores como classe”.

Esta interpretação histórica apresentada pela pesquisa de Paoli, remete às reflexões de Telles (1990:37) a respeito do paradoxo da pobreza. Nesta análise, revela a *lógica perversa* que subjaz à “figura do necessitado”, ao qual é dada *ajuda* ao invés de direitos, *tutela estatal* no lugar da participação e *caridade* em vez de justiça, colocando a situação de pobreza como um *estigma* a ser vivido pelos que foram privados dos benefícios do desenvolvimento. A rigor, este estigma estabelece uma separação entre os pobres e aqueles que ocupam algum lugar no mercado de trabalho, permitindo-lhes viver a partir do próprio esforço produtivo. Apontando a *tradição hierárquica da sociedade brasileira, onde está presente a estigmatização e criminalização das classes trabalhadoras*, reconhece a existência de um imaginário social pautado no modelo do “trabalho responsável” e da “família organizada” (Zaluar, 1985:38) como espaços legítimos de existência social, fora do qual estariam sujeitos à ambigüidade da coexistência de imagens relacionando o trabalho, a marginalidade e a vadiagem. Reclamando da *ausência de reconhecimento das classes populares como sujeitos de reivindicações legítimas* admite estarem em nossa sociedade as demandas e os movimentos coletivos destes segmentos equiparados à sublevação da ordem, ou seja, sujeitos a tratamento enquanto “transgressão”, “desordem”, “subversão” e “convulsão”.

Enfrentando este estigma social, Telles argumenta a respeito da impropriedade do uso de oposições tipo pobre/trabalhador produtivo, marginal/trabalhador honesto, à medida que a experiência no mercado de trabalho tem levado os trabalhadores a transitarem periodicamente entre o emprego, o desemprego e o subemprego, ou seja, o mercado formal e informal, o que na prática significa uma mistura de situações em relação à estrutura produtiva. Porém, é a

partir desta *diferenciação* que eles se representam e definem seu lugar na vida social. No caso do operário da construção civil, a *família* torna-se uma referência básica na definição deste lugar, e o eixo da construção de sua figura moral e de autoridade diante do grupo. Neste caso, parece estar aqui presente a chamada "*ética do provedor*", pautada na regularidade do trabalho e na organização familiar, enquanto escolha de uma prática social e moral que permite diferenciar a situação de trabalhador em relação à do marginal ('bandido'), sem esquecer a complexidade e ambigüidade presente nestas relações (Zaluar, 1985:132). Este ponto de vista é reforçado por Valladares (1991) na sua análise da trajetória da pobreza urbana brasileira nos últimos cem anos.

Este quadro onde a convivência familiar ocupa um espaço significativo, ao articular-se com a experiência operária do mundo do trabalho, remete à questão da cultura como um elemento articulador destas vivências, atribuindo-lhes significados permanentemente renovados, que permitem situar os trabalhadores da construção civil em relação à vida cotidiana e à sociedade como um todo. O ponto de partida recai sobre a relação fundamental entre ação e representação que permeia a dinâmica cultural (Durham, 1977:34), colocando a *questão simbólica* como uma entrada explicativa para tratar o modo e as condições de vida da classe trabalhadora, o cotidiano vivido pelas classes populares e a presença de práticas políticas fora do campo institucional, que trazem à tona sujeitos com seus sentimentos, crenças, valores, tradições e experiências (Paoli, 1987:57).

Neste campo de vivências múltiplas e diferenciadas, marcadas pela divisão originária da sociedade de classes, onde a heterogeneidade cultural manifesta formas distintas de expressão de símbolos, valores e comportamentos, os trabalhadores da construção civil experimentam uma situação de "*párias*" (Arendt, 1979:95) que lhes foi imposta pela própria sociedade profundamente excludente e autoritária. Regida por relações sociais pautadas na tutela e no favor e leis criadas e aplicadas pelos segmentos sociais privilegiados, no sentido de punir rigorosamente as infrações dos dominados ao mesmo tempo em que buscam manter seus privilégios (Chauí, 1986:47), a sociedade brasileira tem imputado às classes subalternas o estigma da suspeita e da culpa.

Esta *discriminação social* intensificada em relação aos trabalhadores pobres torna-se, no caso dos operários da construção,

também uma experiência no *plano político*, à medida que sua vivência da proletarização se fez na maior parte através da ausência do espaço público, sem canais institucionalizados de expressão de suas demandas coletivas. Esta *experiência privatizada da proletarização* torna-se paradigmática do fechamento da sociedade à emergência de interlocutores políticos daí oriundos. A *visibilidade* que conseguem assumir é apenas a da sua condição concreta de existência, ou seja, a partir de um lugar econômico dentro do processo de acumulação capitalista, enquanto uma categoria explorada e extremamente penalizada, sobre a qual recai o estigma da inferioridade. Esta situação particular acaba por gerar uma *subjetividade específica* que os diferencia dos outros em geral e dos outros da classe, configurando um *sentimento de impotência* que se expressa no plano simbólico e político.

Esta situação vivenciada pelos operários da construção no plano subjetivo combina-se à *dilapidação da sua força de trabalho* (Abramo, 1986) resultante das condições espoliativas dos canteiros de obra (longas jornadas, alta rotatividade, relações de trabalho opressivas, disciplina rígida do processo de trabalho, irregularidades no cumprimento da legislação trabalhista, trabalho clandestino, falta de higiene e segurança nos canteiros de obra, alimentação precária dentre outras). Diante das inúmeras irregularidades no cotidiano de trabalho, eles têm recorrido à *ação direta* (quebras de cantinas, alojamentos e escritórios de obra) marcada pela violência, enquanto um instrumento de resposta a injustiças vividas. Ao lado dos protestos individuais e ações grupais, o *quebra-quebra* tem se caracterizado como uma estratégia espontânea de luta deste setor de classe.

Carvalho e Laniado (1993) analisam as *ações coletivas violentas* como fatos de múltiplas determinações (culturais, políticas, conjunturais, etc.) originados das necessidades e carências sociais. Ao analisar estas práticas sociais diferenciadas, resultantes de múltiplas mediações pautadas no confronto e na transgressão e com grande visibilidade pública, classificam-nas em três modalidades: a) “explosões de protesto mais espontâneas” (saques e quebra-quebras) como expressão de rebeldia diante de situações de opressão e exclusão social, caracterizadas pelo alvo imediato, sem interlocutores e dotadas de “solidariedade pontual e restrita” garantindo a permissividade, a desordem e o anonimato; b) “atuação de grupos mais ou menos organizados” (ocupações, invasões) usando a força para

originar um fato com visibilidade e impacto sobre a opinião pública, de modo a viabilizar a negociação; c) “ações de nível mais extremado de violência coletiva” (linchamentos, justicamentos), os quais provocam uma mobilização espontânea localizada, pautada no inconformismo, falta de credibilidade no sistema social e nas instituições, sem mediadores, buscando “fazer justiça com as próprias mãos”.

Estas ações coletivas, diversificadas e transclassistas encontram certo eco no setor de construção civil, onde diversos quebras registrados desde os anos 50 e recolocados em cena na década de setenta⁶, vem contribuindo para a definição da categoria como tradicionalmente “explosiva” e “desorganizada” (Almeida, 1981: 173). Neste sentido cabe perguntar: por que os trabalhadores da construção civil tomaram a ação direta como sua linguagem política?

Valladares (1981a) ao analisar a *eclosão dos quebras nas obras do metrô do Rio de Janeiro em 1978*, alerta para o fato de inicialmente terem sido realizados protestos individuais ou em pequenos grupos no sentido de apresentar queixas junto à DRT (precárias condições de segurança, alimentação, higiene e do alojamento) e ao chefe de pessoal (falta de pagamento de horas extras, descontos irregulares, etc.). Os quebras só ocorreram após uma seqüência de tentativas frustradas em obter resposta para situações de insatisfação pessoal ou grupal. Distantes do sindicato (a maioria dos trabalhadores não era sindicalizada), o qual por sua vez não estava interessado em respaldar as demandas da base operária, e sem qualquer outro canal institucionalizado de apoio (partidos políticos, entidades civis ou religiosas), buscavam através de si mesmos encontrar uma forma de resolver certas situações insuportáveis. Dotados de certa potencialidade de ação coletiva⁷ devido à proximidade dos contatos, à sociabilidade permanente nos alojamentos e cantinas, à existência de formas de solidariedade entre pessoas tão marginalizadas do mundo da cidade, os quebras também demonstraram eficácia, pois, ainda que não tenham obtido solução definitiva para os problemas vividos, a pressão efetuada sobre as construtoras surtiu certo efeito imediato no sentido de obter resposta para os mais urgentes.

Esta questão da eficácia foi apontada por Moisés e Martínez-Allier (1977) em relação à ação das massas suburbanas nos quebras de trens em meados dos anos 70 em São Paulo, no sentido de mobilizar o Estado para responder às precárias condições de funcio-

namento deste transporte de massa através de sua potencialidade enquanto força social com capacidade de intervenção. Silva (1982) reforça esta interpretação e avança no sentido de reconhecer o seu potencial político que poderia ser desenvolvido pelos partidos de oposição no sentido de uma proposta articuladora entre a gestão da coisa pública e o respeito aos interesses de autonomia por parte das classes trabalhadoras.

De fato, as experiências de rebeliões urbanas no Brasil estão vinculadas aos quebras de ônibus (São Paulo, 1947, Brasília, 1974) e bondes (São Paulo, 1947), à destruição das barcas da Cantareira da travessia Rio-Niterói (1959) e às depredações e incêndios de trens suburbanos (1974-1976) em São Paulo e Rio de Janeiro; (1983 em São Paulo). Nos anos mais recentes, o *movimento dos desempregados de São Paulo em abril de 1983* tornou-se um ponto de reflexão significativo para o entendimento da ação direta. Em meu estudo sobre o assunto (Abep, 1984), destaco os quebras e saques como as principais formas de luta escolhidas pelos atores sociais e proponho a compreensão destas ações coletivas dentro de uma conjuntura geral de crise (econômica e política), na qual o processo de resistência da classe trabalhadora expandia-se da cidade ao campo através de inúmeras manifestações públicas, greves por empresa e de categoria que eclodiram em todo o país. Ainda que o eixo da análise tenha sido a relação de confronto entre o movimento e o Estado, ela apontava no sentido da necessidade de organização autônoma dos desempregados e do reconhecimento político de seus dirigentes como interlocutores na cena pública.

Analisando em profundidade este movimento, Stroh (1989) reforça a idéia da *tradição* de saques e quebras na cultura política das classes populares gerada na experiência de penúria e privação (p. 141). Neste caso, a massa de desempregados em confronto com valores estigmatizantes impostos pela sociedade e pelo Estado, acabou forjando uma "*identidade de excluídos*" que orientou a ação coletiva no sentido da ruptura dos padrões sociais legitimadores da ordem, almejando afirmar direitos e negar injustiças praticadas contra o grupo.

Em outro trabalho sobre o tema em co-autoria com Barreira (1983), destaca a presença de *significados simbólicos* atribuídos à ação direta como expressão da vivência de trabalhador desempregado, permeada pelo sentimento de solidão e desamparo social. O

aviltamento da dignidade pessoal de trabalhador construída na "ética do trabalho" através do desemprego é percebido como *injustiça* e o Estado é responsabilizado por esta perda, daí a transformação do palácio do governador de São Paulo em alvo central da ação direta (quebra) mais importante na trajetória do movimento. Interpretado por Sader (1983) como "canal político de expressão do protesto" das classes populares, este movimento que desarticulou as análises das esquerdas mais ortodoxas e contestou a ausência de uma política pública básica para a sobrevivência da classe trabalhadora (emprego), colocou em pauta a ação direta violenta como um *instrumento de contestação de uma não-cidadania* existente para milhares de trabalhadores incapazes de fazer valer seus direitos através de canais organizados e reconhecidos publicamente.

No *caso da construção civil*, os *quebras* parecem ocorrer em *situações-limite vivenciadas nos canteiros de obra*, onde está presente o *sentimento de injustiça*. Mesclando a subjetividade da vivência concreta dos problemas cotidianos com respostas lentas ou inexistentes por parte da empresa, a ação direta acaba por emergir criando uma *identidade coletiva momentânea*, voltada para exigir direitos básicos não respeitados. Ao contrário dos *quebras* de ônibus e trens suburbanos de propriedade pública, o alvo dos *quebras* da construção é a propriedade privada, materializada nas dependências do canteiro e na obra em construção, enquanto expressão da riqueza que marca em nossa sociedade altamente hierarquizada, o tratamento diferenciado entre pobres e ricos. Dessa condição de excluídos respondem com o *quebra* como um *ato de vingança* diante da marginalização e estigmatização a que se acham sujeitos.

Os protestos sociais onde os *quebras* se encontram presentes possuem registros históricos desde as rebeliões camponesas da Europa Ocidental medieval, por ocasião do desmantelamento do sistema feudal baseado na vassalagem e na servidão, passando pelos protestos populares rurais e urbanos dos séculos XVIII e XIX, até os eventos recentes dos *riots* nos Estados Unidos e dos *quebras* ocorridos durante greves operárias do século XX.

Neste trabalho, interessa apontar o *caráter político dos quebra-quebras dos trabalhadores da construção civil*, à medida que expressam um comportamento de classe que encontra na ação direta a forma de adquirir visibilidade pública e reconhecimento social. Conforme aponte anteriormente, eles estão no centro do processo

de acumulação capitalista, porém, desprovidos de canais institucionalizados de expressão de suas demandas e defesa de seus direitos. Não se coloca, portanto, neste caso, a interpretação de Hobsbawn a respeito da turba urbana (1978: 114) e a de Rudé sobre os motins ingleses do século XVIII (1982:131-132, 136-137), no sentido de *atribuir a estas práticas de protesto social um significado pré-político*, ou seja, anteriores ao comportamento organizado da classe através das suas instituições (sindicatos e partidos) e orientado pela ideologia proletária.

Ao descartar o modelo evolucionista de desenvolvimento da classe ou da sua consciência que parece adequado às análises de Hobsbawn e Rudé, proponho uma *noção de classe* tal como feita por Thompson (1984:34, 36), ou seja, enquanto uma *categoria histórica que necessita ser tratada na sua especificidade*, com as matizações pertinentes à análise de casos concretos. Neste estudo, pretendo abordar as particularidades constitutivas dos trabalhadores da construção civil como "*configurações de classe*" (Sader, 1988: 311-313), ou seja, uma forma de representação das condições de classe onde estão presentes *significados* produzidos por sujeitos excluídos social e politicamente.

Dentro desta perspectiva, cabe lembrar a análise que elaborei em outro trabalho (1989) a respeito do estudo de Thompson (1984: 62-134) sobre os *motins de subsistência na Inglaterra do século XVIII*, onde a prática do protesto social se configurava como defesa de direitos e costumes tradicionais com apoio do consenso da comunidade. *A ética popular do uso da ação direta como instrumento de luta por direitos se combinava aos sentimentos de indignação* contra os comerciantes que alteravam o preço do pão, da farinha ou do grão, e legitimava a exigência do "preço justo" por parte da multidão que decidia impor sua própria lei, respaldada no consenso sobre a economia moral do bem-estar público.

Reconhecendo a particularidade dos motins ingleses do século XVIII, e sem qualquer intenção de transplantar esta análise para o caso dos trabalhadores da construção civil, cabe entretanto fixar alguns elementos aí presentes que reaparecem nos quebras operários. Em primeiro lugar, o *sentimento de indignação* diante de condições de trabalho e de vida insuportáveis nos canteiros de obra. A vivência cotidiana destes problemas de forma coletiva acaba criando uma sociabilidade que favorece o risco do protesto: frágeis laços

de solidariedade vão se constituindo na experiência partilhada do desconforto e do sofrimento e acabam por impulsionar ações de protesto. Em segundo lugar, o *ressentimento* diante das inúmeras solicitações feitas e para as quais não houve resposta nem da chefia imediata, nem da direção da empresa. Este conjunto de tentativas frustradas desaguam em um certo clima de revolta que favorece o quebra. Em terceiro lugar, um certo *sentido de castigo ou vingança* presente nos atos violentos como uma forma de mostrar a capacidade de resposta das situações-limite. E, finalmente, um certo caráter de *advertência* aos proprietários, no sentido de deixar clara a impossibilidade de manter a situação dos trabalhadores sem qualquer mudança. Este conjunto de elementos permite apontar para o *plano subjetivo* como uma instância fundamental para entender as práticas dos quebras. *É a partir de sentimentos, crenças e valores presentes que se configuram as ações coletivas violentas, dando-lhes um significado que se legitima no plano moral e remete ao político, à medida que expressam práticas emergentes de uma condição de classe.*

Diante deste quadro, cabe perguntar: Qual a possibilidade de construção de uma *cultura da cidadania* junto a trabalhadores tão marginalizados da vida social e política? Que experiências estão sendo geradas ao nível da sociabilidade operária no mundo do trabalho e na família que possam permitir a criação de uma identidade e a constituição de um discurso e de uma prática coletiva? Que lugar identificam para si na vida política? Há um *sujeito coletivo* em formação na categoria? Que espaço público foi criado para a emergência deste sujeito? Que lutas e quais direitos se propõe a conquistar?

Sujeito coletivo:
uma trajetória em construção

Pensar o processo de constituição de um sujeito coletivo dos trabalhadores da construção civil implica colocar em pauta alguns pontos de referência para a compreensão do tema, tendo como parâmetro preliminar as especificidades que o singularizam ao nível histórico na sociedade brasileira. O ponto de partida é a emergência da classe trabalhadora na cena pública a partir dos anos 70. Desde o início da década, diversos conflitos nos setores mais dinâmicos da

estrutura industrial brasileira estavam sendo gerados dentro das próprias empresas, relacionados principalmente às modificações efetuadas nas técnicas de produção e administração da indústria moderna. Como registra Maroni (1982: 39), a *lógica do poder disciplinar* vigente nas empresas centra-se na figura do operário individualizado, “produto e objeto de promoções e penalidades, e, como tal, inscreve em si mesmo as relações de poder, interioriza a meritocracia e introjeta a competição, quebrando a solidariedade operária. O poder do capital exerce, a partir do próprio operário individualizado, as condições de sua eficácia”.

Contra esta estratégia capitalista e seus efeitos junto à classe trabalhadora, inicia-se dentro das fábricas, a partir de trabalho desenvolvido pelo sindicato (São Bernardo), pela Pastoral Operária (ABC paulista) e Oposição Sindical (São Paulo e Osasco), um movimento no sentido de organizar os trabalhadores dentro das empresas. A proposta de formação de comissões de empresa começou a surgir de forma embrionária, principalmente em São Paulo, enquanto em São Bernardo os representantes sindicais mantinham um trabalho intenso nas grandes fábricas.

Organizar e mobilizar as bases em função de problemas concretos tornava-se um eixo da prática política que passou a vigorar particularmente na região do ABC e em São Paulo. No período 1973-1977, a imprensa noticia inúmeras ações operárias de base que expressavam o nível de insatisfação e a capacidade de mobilização da massa trabalhadora: operações tartaruga, paralisação de máquinas, manifestações de protesto, depredações, até greves parciais ou totais de determinadas fábricas (Moisés, 1982: 103). Estas manifestações visavam principalmente obter aumento salarial, pressionando a partir da base a mudança na política salarial vigente.

Esta combinação entre uma nova proposta sindical nos setores industriais mais modernizados e as novas tendências organizativas da base operária (grupos de fábrica, grupos inter-fábricas, comissões de fábrica) configuravam o chamado “*novo sindicalismo*”, cujo eixo central estava voltado contra a política salarial do governo, pelo fim das instituições trabalhistas corporativas, pelo controle das condições de trabalho, negociação direta, liberdade e autonomia sindical e efetivo direito de greve, através da arregimentação e mobilização das bases. Colocava-se em pauta a partir dos conflitos emergentes nos locais de trabalho uma *proposta de autonomia* em

relação ao Estado, aos partidos políticos e à própria estrutura sindical corporativista e de *conquista de novos direitos*, trazendo à tona a questão da cidadania do trabalhador através da presença da classe no espaço público enquanto interlocutor político.

A configuração de um *novo discurso* e uma *nova prática* se dá a partir da *classe em movimento* na luta por direitos econômicos, sociais e políticos, ou seja, enquanto um *sujeito coletivo*. Este *novo estatuto da classe* constitui-se então em uma referência para todos os seus segmentos, à medida que auto-institui um lugar para ela dentro de um campo onde está presente uma "*pluralidade de sujeitos*, cujas identidades são resultado de sua interação em processos de reconhecimento recíprocos e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis" (Sader, 1988: 55).

A criação de um "*novo sujeito social e histórico*", segundo Chauí (Sader, 1988: 10-12), está configurada no seu caráter coletivo, na sua capacidade de politizar espaços do cotidiano que antes não eram alvo da política e de instaurar uma prática de criação de direitos, tornando-o assim um "*sujeito de direitos*"¹⁰ (Chauí, 1990:117).

Este estatuto novo de *sujeito plural* remete à discussão do *papel da classe no campo do conflito na sociedade contemporânea*: como pensar a constituição de um sujeito coletivo dos trabalhadores da construção sem levar em conta as mudanças no cenário do conflito coletivo nas últimas décadas? Ou seja, a compreensão do alcance e significado de um estudo específico sobre este tema não parece ser possível sem se admitir as mudanças ao nível empírico e teórico, a partir da entrada de *novos sujeitos no cenário político e social das sociedades contemporâneas*. Esta não é uma postura acidental. Trata-se, na realidade, de um ponto de partida da análise, à medida que o mundo do trabalho já não se apresenta como único na questão do conflito social, porém aparece como um dos espaços políticos da ação coletiva (Touraine, 1984; Castoriadis, 1985; Laclau, 1986; Melucci, 1989).

As novas necessidades criadas pelo desenvolvimento capitalista têm levado à superação do simples controle da força de trabalho e do domínio da natureza, atrelado à lógica do mercado, através de progressiva interferência na vida social e na gradativa integração do nível econômico, político e cultural das sociedades capitalistas complexas. As novas contradições daí oriundas têm favorecido a emergência de movimentos pautados na fragmentação e na pluralidade e

caracterizados como sistemas de ação articuladores de orientações e significados múltiplos, cujas categorias analíticas básicas estão configuradas no conflito (atores em oposição), na solidariedade (partilha de uma identidade coletiva) e na tendência à ruptura do limite do sistema em que ocorre a ação. Os principais atores em cena não mais estão referidos estritamente à classe social, porém, caracterizam-se pela presença temporária na esfera pública, apresentando suas propostas a partir de problemas originados em áreas específicas, e redefinindo o significado da ação social para a sociedade como um todo (Melucci, 1989: 57-59). Em trabalho mais recente (1990), Melucci reafirma a presença destes atores coletivos a partir da sua capacidade de definir a si mesmos e o campo da sua ação através da construção de um "nós coletivo" que permite partilhar o sentido, as possibilidades, os limites e o ambiente no qual ocorre a ação.

Mesmo mantendo práticas anacrônicas na esfera do trabalho (longas jornadas, baixos salários, acesso restrito aos bens de consumo, desrespeito aos direitos trabalhistas etc.), fato que revela uma face descolada da modernidade, a sociedade brasileira tem sido palco de inúmeros movimentos sociais (mulheres, moradores de periferia urbana, negros, índios, homossexuais, ecologistas, dentre outros) que trazem para o bojo da cena pública demandas e questões novas relacionadas à esfera do cotidiano e da cultura. Diversos trabalhos relevantes (Telles, 1986; Sader, 1988; Paoli, 1985 e 1990; Barreira 1987 e 1989; Nunes, 1987; Jacobi 1985 e 1988; Cardoso 1983; Krischke, 1986; Sherer-Warren e Krischke, 1987; Kowarick, 1988) apontam no sentido da presença e influência de novos sujeitos históricos na trajetória da sociedade brasileira.

Isto posto, merece atenção o caráter particular dos conflitos de classe numa sociedade já permeada por múltiplos interlocutores sociais e políticos, mas onde ainda a *classe social partilha de certa centralidade*, especialmente no campo sindical. Neste sentido, o caso brasileiro se contrapõe à análise de Touraine (1984: 257) relacionada ao não desaparecimento dos problemas da área do trabalho nas sociedades pós-industriais, mas na sua incorporação em um conjunto mais abrangente, resultando em perda de seu papel central. O posicionamento de Castoriadis (1975: 73-75) também se alinha neste enfoque ao colocar o proletariado em plano de equivalência com outros segmentos sociais, tais como os jovens e as mulheres e demais setores assalariados, sem qualquer predestinação

revolucionária. Para efeito deste estudo, este estatuto de sujeitos múltiplos deve ser mantido com prioridade, sem contudo descartar um certo caráter de centralidade ainda ocupado pela classe trabalhadora em nossa sociedade.

Nesta perspectiva plural, a *noção de sujeito*, não como uma “entidade unificada e homogênea” mas como um “agente descentralizado, destotalizado” (Laclau, 1986:43), passa a compor o eixo central da análise, articulada à idéia de *pluralidade* das posições geradoras de conflitos e mobilizações políticas. Neste caso, o que está em discussão é certa *autonomia* presente entre as *diferentes posições dos sujeitos*, de modo que não se torna possível garantir uma conexão entre as diversas identidades do trabalhador (produtor, consumidor ou agente político), deixando o modelo de representação de interesses como um dos instrumentos para explicar o campo da identidade dos agentes sociais em uma determinada sociedade.

Esta discussão mais abrangente a respeito do novo sujeito referido a uma sociedade onde estão presentes múltiplas identidades e práticas em movimento tem como objetivo situar um ponto de referência para o *processo de formação do sujeito coletivo dos trabalhadores da construção civil*. Tomando as colocações de Melucci (1989) e Chauí (1988 e 1989) como orientadoras desta formulação, *proponho a articulação deste processo em três níveis*. Em primeiro lugar, no âmbito da *constituição de uma identidade coletiva*, referida à sociabilidade presente nos canteiros de obra, onde experimentam a pressão e reivindicação junto à administração da empresa por parte de diferentes grupos profissionais, além das inúmeras situações cotidianas de um modo de ser da classe. Em segundo, no *campo do conflito*, onde os operários vivenciam um sentimento de revolta diante das humilhações e injustiças presentes nos canteiros e expresso nos quebras e momentos de ruptura significativos que marcam o seu lugar de classe, tal como ocorreu nas greves de 1979 e 1990 em Brasília. Finalmente, na *capacidade de criação de direitos*, ou seja, na afirmação de uma cultura da cidadania onde o próprio processo da criação permita declará-los publicamente e obter reconhecimento recíproco.

Para compreender a dinâmica deste processo de constituição do sujeito coletivo da categoria, torna-se importante considerar a natureza particular da experiência dos trabalhadores da construção

civil, a qual repõe continuamente as instâncias do privado, do coletivo e do público, compondo uma multiplicidade de práticas e discursos que configuram uma totalidade em movimento. Ou seja, o campo das vivências diferenciadas atribui significados permanentemente renovados às ações sociais, permitindo uma articulação mais direta com a trajetória da classe.

O *plano privado* emerge na enorme fragmentação das vivências dos trabalhadores da construção nos locais de trabalho, no convívio familiar, nas atividades de lazer e cultura, compondo um universo recortado por relações, práticas e experiências pessoais diferenciadas. Este campo centrado na individualidade se contrapõe à problemática da construção de um coletivo através de ações grupais, de categoria ou de classe, onde a dimensão da ação coletiva resgata e sedimenta as múltiplas vivências parceladas (Bicalho de Sousa, 1992).

A esfera do privado onde se inscreve o mundo do trabalho e a família, além dos sentimentos, valores e crenças dos trabalhadores compõe uma pauta de comportamento básico das vivências individualizadas da exploração e da opressão, assim como alimenta a elaboração de projetos de vida pessoal e familiar sinalizados pela estigmatização e criminalização impostos pela sociedade.

No espaço da classe, a *construção da identidade* é um eixo fundamental para tecer a rede de interesses e práticas coletivas, à medida em que se configura como um processo de construção social (Siqueira e Souza, 1987; Berger e Luckman, 1973), pautado nos significados produzidos por indivíduos e grupos sociais. Este conjunto de auto-representações sociais gerado como prática simbólica coletiva em resposta a necessidades de caráter político ou cultural define os interesses internos ao grupo e os contrapõe aos dos outros (nós/eles), descobrindo semelhanças e diferenças no plano das relações sociais. Este reconhecimento social da *diferença* (Brandão, 1986: 42) significa uma consciência da alteridade, ponto de partida para o entendimento ou o conflito. Numa perspectiva histórica, Perrot (1988: 96-97) exemplifica esta relação através de imagens formuladas pelos operários franceses do século passado a respeito de seus patrões ('pai' até 1870, e 'inimigo', 'opressor', 'vampiro' a partir desta data), esclarecendo o significado deste imaginário nas lutas sociais do período.

Uma primeira aproximação ao processo de constituição do sujeito coletivo dos trabalhadores da construção civil recai sobre a *for-*

mação da identidade operária ao nível do cotidiano de trabalho. A sociabilidade pautada nos grupos informais do horário de almoço (conversas, brincadeiras e jogos), na solidariedade existente na escolha dos parceiros de trabalho e na divisão das tarefas de grupo, na descontração coletiva na cantina, nos banhos em comum e no convívio dos alojamentos configura um aprendizado coletivo. A partir daí, forja-se uma *identidade* em contraposição aos agentes que controlam o processo produtivo, presente tanto nos atos de submissão (favores prestados a mestres e encarregados esperando uma contrapartida no momento de saída da obra, delações dos colegas que transgridem as normas disciplinares, trabalhos aos sábados, etc.), como nos de revolta (diminuição do ritmo de produção, sabotagem, fuga do posto de trabalho, agressões pessoais, pressão de grupos profissionais por melhores salários, etc.) .

O *forte sentimento de exclusão social* constituído pela condição operária onde predominam práticas autoritárias das chefias, longas e pesadas jornadas, insalubridade, alto risco de vida e baixos salários, coloca os trabalhadores em um patamar limite de sobrevivência e injeta nessa identidade a categoria “*pobre*” como parte integrante de sua configuração. Esta imagem permeia o conjunto deste setor de classe e repercute ao nível das suas práticas individuais e coletivas.

Um dos suportes dessa identidade é a situação de *provedor* no plano familiar. Neste papel de esteio do grupo, o trabalhador da construção encontra incentivo para tentar obter melhores salários e responder às expectativas para o futuro dos filhos. Dividido entre o trabalho e a família, pouco sobra para a experiência coletiva de participação em organizações sociais ou políticas ao nível de classe ou de bairro.

A configuração da identidade coletiva emerge principalmente no local de trabalho, onde inúmeros eventos caracterizam um *processo de resistência individual e de grupos*. Práticas como o “*nó cego*” (enrolar o serviço deslocando-se para fora do posto de trabalho, ou manter-se com a ferramenta na mão sem produzir), a pressão por tarefas (ação organizada para obter proposta de trabalho com maior remuneração) dos grupos profissionais, as saídas antecipadas do posto de trabalho no horário de almoço e no fim da jornada, a demora em solicitar material indispensável ao andamento dos trabalhos, são alguns exemplos de capacidade de manobra dos operários diante da disciplina e do controle do processo de trabalho.

A experiência de resistência cotidiana no processo produtivo feita de ações miúdas, individualizadas ou grupais vai dando maior confiança aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, indica seus próprios limites. A resistência não é homogênea, há um jogo entre a resistência e a submissão, a identidade coletiva emergente e as práticas visando interesses pessoais, configurando um espaço de *ambigüidade* dentro do qual é forjado o embrião do sujeito coletivo.

Esta articulação entre a ordem individual e a ordem coletiva aparece em Kergoat (1989) ao tratar da questão das lutas de operárias metalúrgicas francesas. A especificidade da situação dessas mulheres trabalhadoras é expressa através de práticas defensivas individualizadas diante da organização técnica e social do trabalho e da referência fundamental estabelecida com a esfera da reprodução da força de trabalho.

Buscando a articulação entre indivíduo, grupo e coletivo¹¹ no contexto da organização do trabalho, Kergoat encontra no caso feminino grande atomização (concorrência entre as operárias) e no caso masculino a clivagem (jovens/velhos, rurais/urbanos, solteiros/casados), conseguindo este último “manter um mínimo de autorregulação e controle coletivo sobre o funcionamento do grupo de trabalho” (1989: 2). No caso feminino, não há mediação do grupo, e em momentos de medo, ocorre o enfrentamento solitário de cada trabalhadora diante da máquina, da chefia e da organização do trabalho.

A emergência de um *sujeito coletivo forjado na solidariedade*, ainda que mais difícil no caso das mulheres, realiza-se por ocasião da greve, quando a atomização é superada pelo igualitarismo como objetivo do grupo (acesso igualitário à luta e ao seu controle, independente das diferenças na esfera da reprodução). Este momento é caracterizado pelo súbito e o imprevisível: “pela manhã, a fábrica trabalha de modo aparentemente normal. Em seguida, brutalmente, a greve” (1989: 12). As mesmas mulheres que até então se subordinavam à organização técnica e social do trabalho, passam a enfrentar inclusive fisicamente a polícia e os supervisores da produção. Esta *articulação entre submissão e explosão* configura um modelo de análise pertinente ao caso dos trabalhadores da construção.

Mantendo a especificidade da questão do gênero presente na abordagem de Kergoat, a articulação entre indivíduo, grupo e sujeito

coletivo dos operários da construção tem-se caracterizado pelo enfrentamento solitário do trabalhador ao nível da organização técnica e social do trabalho, com exceção de ações esporádicas de grupos profissionais específicos (carpinteiros, armadores, pedreiros, etc.) pressionando por melhores condições de remuneração nos locais de trabalho.

Um contraponto à ação explosiva das metalúrgicas francesas se manifesta nos *quebras* dos canteiros de obra (cantina, alojamento e sede administrativa), conforme discutido anteriormente, um instrumento criado pelos próprios trabalhadores após tentativas individuais e grupais frustradas no sentido de obter melhores condições de vida e trabalho. O caso do metrô do Rio de Janeiro em 1978 (Valladares, 1981a) demonstra ter ocorrido o recurso à ação direta após inúmeras queixas (más condições de segurança, alojamento e alimentação) junto ao órgão competente do Ministério do Trabalho e ao chefe de pessoal da empresa (falta de pagamento de horas extras, descontos irregulares, etc.) sem resultados efetivos.

Além disso, as *greves da construção civil* dos últimos anos, especialmente os movimentos de 1979 em várias capitais brasileiras (Bicalho de Sousa, 1987), são exemplos concretos da *explosividade* da categoria. Contando com forte aparato policial e grande resistência empresarial, os movimentos de 1979 eclodiram a partir das bases operárias reivindicando o fim da política salarial de arrocho e abriram espaço para o reconhecimento de seus direitos econômicos, sociais e políticos. Nascidos no local de trabalho, se expandiram a partir de piquetes junto aos canteiros de maior porte, onde o uso da violência pelos trabalhadores (quebra de sirenes, equipamentos sanitários, tapumes, etc.) traduzia-se em um recurso imediato para garantir a paralisação diante da resistência dos administradores da produção e da ausência de representantes do sindicato da categoria.

As *greves de 1979* apresentaram um componente relevante para a reflexão teórica da pesquisa: a presença de uma *intensa mobilização das bases* que permeou o conjunto dos movimentos, desde o sindicalismo mais combativo até os setores menos atuantes do movimento sindical. Silenciosos durante o período autoritário, com exceção das manifestações reivindicatórias de Osasco e Contagem em 1968, e dos pequenos movimentos internos às empresas na década de 70, os trabalhadores entram em cena massivamente em

1979 exigindo direitos até então não reconhecidos pelo patronato e o Estado.

Segundo Almeida (1980: 46), estas mobilizações das bases colocaram a descoberto a *fragilidade dos sindicatos*. Se no setor de ponta da economia a estrutura do sindicato oficial revelou ser insuficiente para sustentar o nível de mobilização e ação em torno das demandas dos trabalhadores, levando à intervenção do Ministério do Trabalho na região do ABC, no setor tradicional, os sindicatos imobilistas demonstraram incapacidade para conter o ímpeto do “espírito grevista”. Com esses resultados, os fatores que entravam a organização sindical brasileira (imobilismo, falta de representatividade dos dirigentes sindicais, ausência de organização sindical nas empresas, papel de freio e negação do conflito social, precário poder de barganha nas negociações coletivas, estrutura sindical verticalizada e corporativista, etc.) parecem pesar principalmente na esfera do sindicalismo tradicional, onde os vícios da prática sindical imobilista, assistencialista e dependente dos interesses do Ministério do Trabalho deixaram marcas profundas na relação entre dirigentes e suas bases (Abramo, 1982).

Este perfil do sindicato brasileiro é reforçado na interpretação valiosa de Martins (1979), onde a sua estrutura burocrática é tratada em uma perspectiva histórica engendrada na figura do Estado, responsável pelo seu enquadramento em órgão do setor administrativo público a partir dos anos 30. A intensificação dos processos de racionalização e modernização pelo Estado no pós-64 coroaram a transformação do dirigente em burocrata, à medida que reconhecia seu poder sindical enquanto “instrumento do desenvolvimento capitalista do país” (p. 185), reduzindo sua plataforma de ação a reivindicações de caráter reformista.

As análises¹² acerca das características centrais da crise do chamado “sindicato oficial” vêm indicando a natureza e principais condicionantes deste processo. Andrade (1984) assinala a existência de uma *lógica institucional de fragmentação e subordinação* articuladora das relações entre sindicatos e Estado, através da qual os primeiros beneficiaram-se de determinadas prerrogativas (garantia legal de representação da categoria de forma independente das bases, controle das eleições sindicais, contribuição sindical obrigatória, amparo legal para o acesso à categoria) capazes de assegurar

condições para o exercício da função sindical sem o respaldo das bases, desde os anos 30 até o advento da chamada nova República.

De um lado, a fragmentação diz respeito às entidades de base territorial integradas verticalmente em federações e confederações de categoria, impedidas de uma articulação em nível horizontal. Além disso, a ausência de canais de representação legal nos locais de trabalho¹³, órgãos de mediação de conflitos e com poder de negociação ao nível da empresa, dificulta uma penetração maior na organização sindical junto aos trabalhadores da base.

De outro, a rigidez do controle do Ministério do Trabalho sobre o funcionamento dos organismos sindicais até 1985 (investidura e enquadramento sindical, estatuto padrão onde está determinada a função de colaboração de classes, controle da chapa e do processo eleitoral, fiscalização das finanças, direito de cassação e intervenção sindical, etc.), além dos mecanismos legais de controle da ação sindical (Lei de Greve, Política Salarial determinada pelo Poder Executivo, Lei de Segurança Nacional, etc.), cercearam na raiz a autonomia dos sindicatos para deliberar sobre o seu funcionamento orgânico e político. Se bem que boa parte da interferência do Ministério do Trabalho e dos instrumentos legais controladores dos sindicatos tenham sido excluídos na prática governamental da Nova República e na Constituição de 1988, a longa história desta burocratização, controle e repressão do conflito trabalhista deixou marcas significativas na prática sindical até hoje.

No setor tradicional, a emergência de *oposições sindicais* vem ocorrendo desde as experiências grevistas massivas de 1979, ocasião em que a categoria na maioria das vezes não concordou com a direção dada pelo sindicato. Na construção civil¹⁴, este processo organizativo em andamento em diversas cidades vem colocando em cena a possibilidade de reconstrução do sindicato enquanto um canal de representação dos interesses coletivos, a partir do exercício da democracia como regra da vida sindical, assumindo assim uma expressão pública capaz de constituí-lo enquanto sujeito coletivo.

A continuidade do *processo de resistência ao capital*, incluindo desde pressões e protestos individuais e grupais, os quebras e as inúmeras greves por empresa e de categoria desde 1979, tem criado um espaço de legitimidade que não pode mais ser desconsiderado pelo setor patronal. Nesse sentido, pequenas mudanças na política de pessoal de algumas empresas (distribuição gratuita do café da

manhã, refeições subsidiadas) já se fazem sentir, especialmente por parte das grandes construtoras. Reforça esta tendência o avanço do movimento sindical no país, com a formação das comissões de empresa e a criação de centrais sindicais, responsáveis por conquistas progressivas em relação aos direitos econômicos, sociais e políticos dos trabalhadores.

Ao incorporar a proposta do "*novo sindicalismo*", as *oposições sindicais da construção civil* vêm caminhando no sentido de romper o imobilismo, o assistencialismo e o descolamento das bases presente na prática sindical do setor e propor um trabalho em torno da organização e mobilização da categoria a partir dos canteiros de obra e dos bairros. Nesta perspectiva, vêm abrindo cada vez mais a possibilidade da construção de um sindicato participativo e voltado para os problemas concretos dos trabalhadores. O exercício desta proposta junto à categoria vem se constituindo em desafio e diante dele estão sendo encontradas respostas distintas e alternativas criativas para levar à frente este projeto.

Paralelamente a isso, a categoria tem vivenciado algo conhecido como "aprendizado de classe" que corresponde à incorporação gradual de valores, crenças e comportamentos presentes no conjunto do movimento operário-sindical. Constituídos e moldados na "experiência da classe", principalmente desde o final dos anos 70, eles se traduzem na *cultura da cidadania* que passo a passo penetra os diferentes segmentos de trabalhadores, trazendo à tona a *linguagem dos direitos* como instrumento de ruptura da privatização e exclusão presente na vida em sociedade. No caso da construção civil, a transição entre a moral privada e o espaço público onde tem lugar a demanda por direitos, configura uma experiência singular que pouco a pouco se difunde na categoria.

É pois dentro da arena da *cidadania* que poderá ser finalizado o processo de constituição do sujeito coletivo da categoria. Ou seja, ele é algo que exige mediações entre a *família* onde a moralidade foi objetivada pelo afeto e a *cidadania* estruturada na objetivação do direito. Neste sentido, trata-se de edificar um espaço *público democrático* onde a linguagem dos direitos possa ser tomada como legítima (Paoli, 1989), incorporando as classes trabalhadoras como sujeitos com representação, reconhecimento e negociação. Mais ainda, torna-se necessária a instituição de um contrato social pautado em regras de reciprocidade e sociabilidade, através do qual as

relações sociais se transformam em relações de direitos (Pharo, 1985).

O projeto de cidadania proposto pelos novos movimentos sociais plurais e autônomos desde os anos 70, configura um horizonte novo, onde as demandas em torno de questões do cotidiano e da cultura se expressam em regras definidas pela autonomia, igualdade com respeito à diferença e à solidariedade (Santos, 1991), eliminando os mecanismos de exclusão e configurando uma nova relação pautada no cidadão-trabalhador. Esta chamada *cidadania coletiva diferenciada* (Paoli, 1992), onde a ação coletiva diversificada e localizada permite transformar os pobres em cidadãos, coloca-se como um referencial a partir do qual os trabalhadores da construção civil podem ser introduzidos na esfera pública da contestação e da negociação, transformando-se assim em sujeitos coletivos de direito (Sousa Jr., 1991).

As lutas empreendidas pelos operários da construção, tais como os processos de resistência no interior dos canteiros, os quebras e as greves, colocam no discurso operário reivindicações por direito e justiça a partir de um crivo moral oriundo da socialização na família. Contudo, é na anúncio pública que ganha visibilidade o sujeito coletivo da categoria, referenciado como um “sujeito de direitos em ato” reafirmando nos conflitos a identidade de interesses forjada nas lutas. Apesar da fragilidade da constituição deste sujeito, é na combinação do conflito com a negociação daí emergente que aponta os sinais da constituição de uma cultura da cidadania (Chauí, 1989a e 1989b), através da qual o sujeito coletivo virtualmente dado na sociabilidade dos canteiros de obra se explicita, apontando a luta sindical e política como o canal para se tornar definitivamente um *sujeito coletivo de direitos*.

Notas

1. Nesta vertente estão incluídos com destaque os trabalhos recentes de Rodrigues (1980, 1990); Antunes (1988, 1991); e Boito Jr. (1991).
2. Entre os estudos realizados pela vertente inovadora com estas categorias profissionais destaque Maroni 1982; Abramo (1986); trabalhos diversos de Nadja Castro e Antônio Sérgio Guimarães sobre os petroquímicos baianos; Paoli (1991, 1989); Lopes,

- (1976 , 1988); Ramalho (1989); Neves (1991); Blass (1992); Leite (1994) e Rodrigues (1990).
3. Weffort define a teoria do atraso como uma “formulação sobre a situação estrutural da classe operária, que se vinculava a uma concepção global sobre a estrutura da sociedade e da economia, e, mais ainda, a uma estratégia política de transformação que se imaginava emergir da dinâmica destas condições estruturais” (p. 38). Paoli, Sader e Telles (1983), ao analisar as implicações desta teoria no imaginário acadêmico, reconhecem nos trabalhos sociológicos dos anos 50, 60 e 70 (Lopes, 1971; Cardoso, 1961; Rodrigues, 1966, 1970, 1974 ; J. A. Rodrigues, 1967) a presença da classe operária como um “agente subordinado”, ou seja, dependente ao nível econômico, cultural e ideológico do Estado e da sociedade (p. 140-141).
 4. No Brasil, esta discussão foi levantada em alguns trabalhos, entre os quais se destacam : Sousa, (s.d); Muszynski, (1986); Martins (1971); e Simão (1956). Cabe lembrar aqui também, as discussões teóricas provocadas pela teoria do *disruptive migrant*, a qual atribui às frustrações dos migrantes no lugar de destino como originárias de comportamento de instabilidade e radicalização política (Muszynski, *op. cit.* 1986), tal como analisado por Geraldo Andujar a respeito do voto peronista nas eleições de 1946 na Argentina. Contrapondo-se à tese do *passive migrant* encontrou na ampla pesquisa de Wayne Cornelius sobre o México uma base empírica significativa. Finalmente, merece atenção o fato que a teoria da marginalidade em suas distintas abordagens incluiu como preocupação o desempenho político das chamadas “populações marginais” latino-americanas, apontando ora sua potencialidade explosiva (Quijano, 1971), ora sua passividade e impotência política (DESAL 1969).
 5. A este respeito ver Sader (1988); Paoli (1990,1992); Telles (1984); Caccia-Brava (1983); Barreira (1992); Nunes (1987) e Jacobi (1985).
 6. Sader registra que no período 1974/1977 ocorreram “fora do setor industrial, revoltas violentas e de curta duração, particularmente nas atividades em que os trabalhadores são mais explorados; os peões da construção civil e os operários de obras públicas promovem virulentas manifestações em seus locais de trabalho — destruindo instalações, depredando, etc. — contra suas ter-

- ríveis condições de trabalho, por melhor alimentação , e contra o atraso do pagamento de salários”, Sader e Sandroni, 1981, p. 18.
7. Pimentel, em trabalho de campo realizado junto a um canteiro residencial do Rio de Janeiro onde ocorreu o primeiro quebra, observa que ele “mobiliza particularmente aquela parcela de operários que trabalham e moram na obra, que praticamente não mantém contatos com o mundo exterior, que não contam com uma rede de relações de apoio na cidade do Rio de Janeiro (em geral, com um menor grau de qualificação, muitos deles serventes, mais sujeitos à rotatividade), que contam com menores possibilidades de informação (desconhecem, via de regra, o sindicato, os direitos trabalhistas, os movimentos grevistas, etc.) e tem quase nenhuma possibilidade de se agruparem para a discussão e encaminhamento de seus problemas”. Lourdes Pimentel, 1978.
 8. Sobre este tema devem ser consultados os trabalhos de Hobsbawm (1978, 1982); Rudé (1964, 1978, 1982); Krantz (1990) e Thompson (1979).
 9. Distintas interpretações têm sido dadas em relação ao papel do chamado “novo sindicalismo” na sociedade brasileira. Neste caso, destacaria os trabalhos de Almeida (1975, 1981, 1983).
 10. Ver, a este respeito, a recente elaboração jurídica articulada a partir da construção de uma teoria crítica do direito , base para a assimilação da categoria sociológica do sujeito coletivo e a sua caracterização, em sede jurídica, como sujeito coletivo de direito. A este propósito, sem esgotar a rica e renovada contribuição: Sousa Jr. (1987); Lyra (1982, 1986); Santos (1991); Arruda Jr., (1991); Aguiar (1991); Faria (1989); Faria e Capilongo (1991); e Wolkmer (1991).
 11. Kergoat estabelece uma diferenciação clara entre os conceitos de grupo e de sujeito coletivo: “Um grupo não forma necessariamente um coletivo. O fato de os membros de um grupo terem práticas comuns não significa que por isso eles sejam coletivos, isto é, que o grupo funcione como “sujeito coletivo” de sua própria história. Para que isto ocorra é preciso que à mudança de prática (coletiva) corresponda uma modificação da tomada de consciência (individual). Ou em outros termos, que não exista disjunção entre o caráter coletivo das práticas e o caráter individual da vivência dessas práticas” (p.3).

12. Entre os trabalhos dedicados a este tema destacam-se: Gonçalves (1984); Andrade (1984); Abramo (1982); Carvalho e Bicalho de Sousa (1985).
13. Apesar de não estar legalizada, a criação destes organismos representativos dos interesses dos trabalhadores na empresa foi dinamizada a partir dos movimentos grevistas de 1978.
14. Um dos poucos trabalhos sistemáticos existentes sobre o assunto é a tese de Mestrado de Amado (1988), defendida na UFPB.

Résumé

Les ouvriers "pauvres", travailleurs du bâtiment vivent des privations et sont socialement exclus. Ils se constituent en tant que sujet collectif grâce à une identité de groupe qui se forme à travers l'expérience de conflits et de leur capacité à revendiquer leurs droits. Les luttes quotidiennes sur les chantiers indiquent un chemin vers une construction de la culture de la citoyenneté à travers la lutte syndicale et politique en tant que moyens pour devenir "sujets collectifs de droits".

Abstract

The poor civil construction workers exposed to privation and social exclusion are undergoing a process of configuring a "collective subject", by means of group identity building, conflict experience and the conquest of rights. Their daily life struggles in the workplace, their riots and strikes indicate the emergence of a culture of citizenship through political and labour union action, as a channel to render them able to become collective subjects of rights.

Referências bibliográficas

- Abramo, Laís (1986) *O Resgate da Dignidade — A greve de 1978 em São Bernardo*. Tese de Mestrado, USP.
- (1982) *Os Caminhos de Questionamento da Estrutura Sindical*, mimeo.
- Aguiar, Roberto A. R. (1991) *A Crise da Advocacia no Brasil*, São Paulo: Alfa Ômega.

- _____ (1976) "Imperialismo, a Expansão do Poder", in *As Origens do Totalitarismo*. Rio de Janeiro: Ed. Documentário.
- Almeida, M. Hermínia T. (1975) "O Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas", *Rev. Debate e Crítica*, n. 6, julho, São Paulo: Hucitec.
- _____ (1980) "Para um Novo Sindicalismo", *Cadernos Debate* 7. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1981) "Tendências Recentes da Negociação Coletiva no Brasil". *Dados*. Rev. de Ciências Sociais, RJ, vol. 24, no. 2, p. 173.
- _____ (1983) "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança", in *Sociedade e política no Brasil pós-64*, Sorj, Bernardo (org.), São Paulo: Brasiliense.
- Amado, Wanderley A. (1988) *Engajamento Nos Movimentos Sociais: a Origem do "Zé Pião"*, Movimento de Oposição Sindical dos Trabalhadores da Construção Civil de João Pessoa, UFPB.
- Andrade, Regis (1984) "Por que os Sindicatos São Tão Fracos no Brasil?". *Revista Lua Nova*. S. Paulo: Cedec/Brasiliense, vol. 1, n.º 1, abril/junho.
- Antunes, Ricardo A. (1988) *A Rebelião do trabalho*, São Paulo: Ed. Ensaio, Campinas, Ed. da Unicamp.
- _____ (1991) *O Novo Sindicalismo*, São Paulo: Ed. Brasil Urgente.
- Arendt, Hannah (1979). "Anti-semitismo, Instrumento de Poder", in *As origens do totalitarismo*. Rio de Janeiro: Ed. Documentário.
- Arruda Jr, Edmundo L. (org.) (1991) *Lições de Direito Alternativo*, São Paulo: Ed. Acadêmica.
- Barreira, Irllys F. (1987) *Refazendo a Política*. Tese de Doutorado, USP.
- _____ (1989) "Esse Objeto Movimentos Urbanos: novas e velhas questões". mimeo, Anpocs.
- _____ e Stroh, Paula Y. (1983) "Movimento dos Desempregados nas Ruas: uma prática fora de tempo e lugar?" *Rev. Desvios* 3, agosto.
- Berger, P. e Luckman, J. (1978) *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Bicalho de Sousa, Nair H. (1983) *Construtores de Brasília*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- _____ (1989) "A Questão da Cultura Operária: Considerações

- Preliminares sobre o Caso Inglês". *Revista Educação e Filosofia*, vol. 4, n.º 7, julho/dezembro.
- _____ (1984) "Crise e Tensões Sociais: o movimento dos trabalhadores sem emprego de São Paulo", in *Anais do IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, vol. 3, out.
- _____ (1990) *Metalúrgicos: um prímetero olhar sobre algumas tendências de estudos recentes*, mimeo, junho.
- _____ (1992) "Especificidade e Ambigüidade na Constituição de um Sujeito Coletivo". *Rev. Crítica de Ciências Sociais*. Universidade de Coimbra, Portugal, n.º 34, junho.
- _____ (1987) "Trabalhadores, Sindicatos e Oposições Sindicais: o caso da construção", mimeo, Usp.
- Blass, Leila M. S. (1992) *Estamos em Greve!* São Paulo, Hucitec.
- Boito Jr, Armando (1991) *O Sindicalismo de Estado no Brasil — uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Ed. Hucitec.
- Brandão, Carlos (1986) *Identidade e Etnia*. São Paulo: Brasiliense.
- Brandes, Stanley (1979) "Ethnographic Bibliographies in American Anthropology". Central Issue in *Anthropology*, n.º 1, p. 6 apud Mintz, S.W. op. cit., 1984.
- Caccia-Bava, Sílvio (1983) *Práticas Cotidianas e Movimentos Sociais*, Dissertação de mestrado, USP.
- Cardoso, Ruth C. L. (1986) "Aventuras de Antropólogos em Campo ou como Escapar das Armadilhas do Método", in *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1983) "Movimentos Sociais urbanos : um balanço crítico" in Sorj B. e Almeida, M. H. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense.
- Carvalho, Inaiá e Laniado, Ruth (1993) "Cenários da Ordem e da Desordem" in Nascimento, E. e Bareira, I. *Brasil Urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro, Ed. Notrya, Sude- ne/UFCE.
- Carvalho, Ruy Q. e Bicalho de Sousa, Nair (1985) *Subsídios para uma Nova Política de Relações de Trabalho*, Documento de trabalho n. 19, CNRH/Ipea.
- Castoriadis, Cornelius (1982) *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1985) *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Editora Brasiliense.

- Chauí, Marilena (1986) *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- _____ (1989b) "Cultuar ou Cultivar". *Revista Teoria e Debate*, n.º8, out/nov/dez.
- _____ (1989a) "Reflexos da Cidadania". Discurso de Posse na Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.
- _____ (1990) "Sociedade, Estado, OAB", in *Anais da XIII Conferência Nacional da OAB*. Belo Horizonte.
- _____ (1988) "Prefácio" in Sader, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Desal (1969) *Marginalidad en America Latina*. Santiago do Chile: Ed. Herder.
- Durham, Eunice (1977) "A Dinâmica Cultural na Sociedade Moderna", in *Ensaio de Opinião*, vol. 4, Rio de Janeiro.
- Faria, José Eduardo (1989) *Direito e justiça*. São Paulo: Ática.
- _____ e Capilongo, C. (1991) *A sociologia jurídica no Brasil*. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris Editor.
- Gonçalves, Francisco Luiz S. (1984) "Dependência Financeira, Assistencialismo e Burocratização nos Sindicatos Brasileiros", in *Sindicatos em uma época de crise*. Petrópolis: Vozes.
- Hobsbawn, E. J. (1978). "A Turba Urbana", in *Rebeldes primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Jacobi, Pedro Roberto (1985) *Políticas Públicas de Saneamento Básico e Saúde e Reivindicações Sociais no Município de São Paulo 1974-1984*. Tese de Doutorado, Usp.
- _____ (1988) "Movimentos Reivindicatórios Urbanos, Estado e Cultura Política: reflexão em torno da ação coletiva e dos seus efeitos político-institucionais no Brasil", Cedec. mimeo, São Paulo.
- Kergoat, Danielle (1989) "Luttes Ouvrières et Rapports Sociaux de Sexe: de la construction du sujet collectif dans l'univers de travail ouvrier". USP, mimeo
- Kowarick, Lúcio (org.) (1988) *As Lutas Sociais e a Cidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Krischke, P. e Mainwaring, S. (1986) *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição*. Porto Alegre: LPM/Cedec.
- Laclau, Ernesto (1986). "Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2, vol. 1.

- Leite, Márcia P. (1994) *O Futuro do Trabalho*. São Paulo: Rocco.
- Lopes, J. B. (1971) *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: Difel.
- Lopes, J. S. (1976) *O Vapor do Diabo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1988). *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero.
- Lyra Filho, Roberto (1982) *O que é direito*. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1986) *Desordem e Processo*. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor.
- Maroni, Amnérís (1982) *A Estratégia da Recusa*. São Paulo: Ed. Brasiliense, p. 39.
- Martins, Carlos E. (1971) "Integración Social y Mobilización Política de la Clase Baja Urbana del Brasil", in *Rev. Latino-americana de Ciencia Política*, abril, vol. II, n. 1, Chile.
- Martins, Heloisa Helena Teixeira de S. (1979) *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Melucci, Alberto (1989) "Um Objetivo para os Movimentos Sociais?" *Revista Lua Nova*, n. 17, junho.
- _____ (1990) *Collective Action as a Social Construction*. Mimeo, XII World Congress of Sociology, Madrid.
- Moisés, José Álvaro (1982) *Lições de Liberdade e de Opressão — o novo sindicalismo e a política*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____ e Martinez-Allier, Verena (1977) "A revolta dos Suburbanos ou 'Patrão o Trem Atrasou'", in *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. São Paulo: Cedec/Paz e Terra.
- Nelson, J. (1969). *Migrants, urban poverty and instability in New Nations*. Harvard University, Center for International Affairs.
- _____ (1979) *Access to Power — politics and the urban poor in developing nations*. Princeton: Princeton University Press.
- Neves, Magda (1991) *Contagem: uma história outra, uma outra história*, Tese de doutorado, USP.
- Nunes, Edison. (1987) *Carências Urbanas e Política*, USP, Tese de Mestrado.
- _____ (1982) "Inventário dos Quebra-quebras nos Trens e Ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro 1977 — 1981", in *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Paoli, M. Célia (1987b), "Constituinte e Direito: um modelo avançado de legítima organização da liberdade?", in Sousa Jr., J. G.(org.). *O direito achado na rua*, 1.^a ed.

- _____ (1989) "Trabalhadores e Cidadania: experiências do mundo público na história do Brasil moderno". *Revista de Estudos Avançados*, USP, set/dez, vol. 3, n. 7.
- _____ (1989) "Conflitos Sociais e Ordem Institucional: cidadania e espaço público no Brasil do século XX". *Revista da OAB*, n. 53, São Paulo: Editora Brasiliense.
- _____ (1990) *As ciências Sociais, os Movimentos Sociais e a Questão do Gênero*. Mimeo, Anpocs, outubro.
- _____ (1985) "Mulheres: lugar, imagem, movimento", in *Perspectivas antropológicas da mulher*. n.º 4, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____ (1987) "Os Trabalhadores na Fala dos Outros", in Lopes, J.S.L. (org). *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero.
- _____ (1992) "Movimentos Sociais: cidadania e espaço público — ano 90". *Revista Humanidades*, Brasília: Ed. UnB, vol. 8, n.º 4
- _____ e Sader, Eder (1986) "Sobre Classes Populares no Pensamento Sociológico Brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)", in Cardoso, R. *A Aventura Antropológica*, São Paulo: Editora Paz e Terra.
- _____ Sader, e Telles, V. (1983) "Pensando a Classe Operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico". *Rev. de História*, n.º 6. Ed. Marco Zero: SP, setembro.
- Perrot, Michelle (1988) *Os Excluídos da História*. São Paulo: Paz e Terra.
- Pharo, P. (1985) *Le Civisme Ordinaire*. Paris: Librairie des Méridiens.
- Pimentel, Lourdes (1978) *Os Peões do Village: uma Reflexão sobre Movimentos de Operários da Construção Civil*, Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, mimeo.
- Quijano, Anibal (1971) *Pólo Marginal de la Economía y Mano de Obra Marginada*, Programa de Ciências Sociais da Universidade Católica de Lima, Peru, mimeo.
- Ramalho, J. R. (1989) *Estado-patrão e Luta Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Rodrigues, Iram J. (1990) *Comissões de Fábrica e Trabalhadores na Indústria*. São Paulo: Cortez.

- Rodrigues, L. (1966). *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel.
- _____ (1970) *Industrialização e Atitudes Operárias*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1974) *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização*. São Paulo: Brasiliense.
- Rodrigues, Leôncio M. (1980) *Partidos e Sindicatos — Escritos de Sociologia Política*. São Paulo: Editora Ática.
- _____ (1990) *CUT: as Militantes e a Ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Rudé, George (1982) *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Sader, Eder (1983) "O Protesto Sem Juízo". *Revista Desvios*, n.º 3, São Paulo: agosto.
- _____ (1988) *Quando Novos Personagens Entraram em Cena — Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- Sader, Eder e Sandroni, Paulo (1981) "Lutas Operárias e Táticas da Burguesia: 1978-1980". *Cadernos PUC*, n. 7, Economia, p. 18.
- Santos, Boaventura de Sousa (1988) "Um Discurso Sobre as Ciências na Transição para uma Ciência Pós-moderna". *Revista Estudos Avançados*, USP, vol. 2, n. 2, USP, maio/agosto.
- _____ (1991) "O Estado e o Direito na Transição Pós-moderna: para um novo senso comum". *Revista Humanidades*, n.º 7, vol. 3, Brasília: Editora da UnB.
- _____ (1991) "Subjetividade, Cidadania e Emancipação". *Rev. Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, Coimbra, Portugal, junho.
- _____ (1991) *Estado, Derecho y Luchas Sociales*. Bogotá: Ilsa.
- Scherer-Warren, Ilse e Krischke, Paulo J. (orgs). (1987) *Uma Revolução no Cotidiano? os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense.
- Silva, Ana Amélia da. (1982) *O Trem da Opressão (Estado e conflito social na Grande São Paulo)*, Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP.
- _____ (1989) *Trabalho e 'Cidade': modos de vida e lutas de peões barrageiros*, Projeto de Pesquisa de Doutorado, USP, Deptº. de Sociologia.

- Silva, Roque A. (1982b) "Comissão de Empresa e Autonomia dos Trabalhadores". *Revista Proposta*, n.º 2, junho.
- Simão, Aziz (1956) "O Voto Operário em São Paulo". *Rev Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte: UFMG, n. 1, dez.
- _____ (1966) *Sindicato e Estado*, São Paulo: Difel.
- Siqueira, Deis e Souza Filho, E. (1987) *Identidade e Identidade de Classe II: Reflexões para pesquisa*, mimeo.
- Sousa Junior, José Geraldo (1984) *Para uma Crítica da Eficácia do Direito*. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor.
- _____ (org.) (1987) *O Direito Achado na Rua*. Brasília: Ed. UnB.
- _____ (1991) "Movimentos Sociais — Emergência de Novos Sujeitos: o Sujeito Coletivo do Direito", in Arruda Jr., E. L.(org.). *Lições de direito alternativo 1*, São Paulo: Ed. Acadêmica.
- Stroh, Paula Yone (1989) *Vai Trabalhar Vagabundo — a exclusão social e o protesto político dos desempregados em São Paulo*, Dissertação de Mestrado, PUC-SP.
- Telles, Vera da Silva. (1986) *A Experiência do Autoritarismo e Práticas Instituintes — os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70*, Dissertação de Mestrado, USP.
- _____ (1990) "Família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 4, n. 2, abril/junho.
- _____ (1992) *A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza — um Estudo Sobre Trabalho e Família Na Grande São Paulo*, Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, USP.
- _____ (1993) "Pobreza e Cidadania: precariedade e condições de vida", Departamento de Sociologia, USP, mimeo.
- Thompson, E. P. (1981) *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- _____ (1984) *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase — estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editora Crítica, 2a. ed.
- _____ (1987) *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Tourainç, Alain. (1984) "La Vie Sociale a-t-elle un Centre?", in *Le Retour de l'Acteur*, Paris: Librairie Fayard.
- Valladares, Lícia P. (1991) "Cem Anos Pensando a Pobreza (Urbana) no Brasil", in Boschi, Renato R. (org). *Corporativismo e Desigual-*

dade — *A Construção do Espaço Público no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj/Rio Fundo Editora.

_____ (1982) “O Caso dos Operários do Metrô do Rio de Janeiro”, in *Cidade, Povo, Poder*, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

Wolkmer, Antônio C. (1991) *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*. São Paulo: Ed. Acadêmica.

Weffort, Francisco. (s/d.) “A Teoria do ‘Atraso’ e a Perda da Dimensão Institucional”, in *Partidos, sindicatos e democracia: algumas questões para a história do período 1945-1964*.

_____ (1972) *Sindicatos e Política*. Tese de Livre Docência, USP.

_____ (1980) *Mitos em Crise. Aconteceu — trabalhadores 1979: operários da construção civil, mineiros, petroleiros e outras categorias*. Rio de Janeiro: Cedi, dez., anexo III.

Zaluar, Alba (1985) *A Máquina e a Revolta — as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense.